

## **A PREDOMINÂNCIA DO CONCEITO DE QUALIDADE NAS DIRETRIZES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E SUAS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Nathália Ribeiro de Faria Azambuja<sup>1</sup>

Maria Simone Ferraz Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a centralidade do conceito de qualidade nas diretrizes dos organismos internacionais, com o objetivo de realizar reflexão teórica sobre a influência desses organismos na política educacional e suas consequências no estabelecimento dos parâmetros de qualidade. Para a construção, interpretação dos dados e compreensão do objeto de pesquisa, recorreremos a referenciais teóricos como Dourado e Oliveira (2009), Freitas (2018), Gentili (1996, 1997, 2001), Laval (2019), Shiroma e Evangelista (2006) entre outros; e como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados nos evidenciou que os documentos examinados enfatizam a qualidade educacional como o principal foco das políticas educacionais. A partir dessa perspectiva, são elaborados compromissos e ações que visam garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos. Neste contexto, observamos que as políticas de avaliação externa são sistematicamente definidas em todos os documentos analisados, demonstrando forte ligação entre qualidade educacional e avaliação externa. Os sistemas de avaliação são, portanto, compreendidos como instrumentos de monitoramento e controle de resultados, bem como de gestão, produtividade e otimização de recursos, além de reguladores da qualidade.

**Palavras-chave:** Qualidade educacional; Organismos Internacionais; Políticas de Avaliação Externa; Banco Mundial; Unesco.

### **THE PREDOMINANCE OF THE CONCEPT OF QUALITY IN THE GUIDELINES OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND ITS IMPACTS ON THE REINFORCEMENT OF EDUCATIONAL POLICIES.**

**Abstract:** This article discusses the centrality of the concept of quality in the guidelines of international organizations, aiming to conduct a theoretical

<sup>1</sup> Formada em Pedagogia (UFU). Mestre em Educação (UFU) e Doutoranda em Educação (UFU) Pesquisa sobre políticas educacionais e gestão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8874070517471894> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9935-5500> E-mail: [nathy.azambuja@gmail.com](mailto:nathy.azambuja@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Unicamp. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, com atuação na graduação e na Pós-graduação, membro da linha Estado, Política e Gestão da Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8874070517471894> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7009-7571>. E-mail: [msimonefp@gmail.com](mailto:msimonefp@gmail.com)

reflection on the influence of these organizations on educational policy and its consequences for the establishment of quality parameters. For the construction, interpretation of data, and understanding of the research object, we drew on theoretical references such as Dourado and Oliveira (2009), Freitas (2018), Gentili (1996, 1997, 2001), Laval (2019), Shiroma and Evangelista (2006), among others; and as a methodological procedure, we employed bibliographic and documentary research. The data analysis revealed that the examined documents emphasize educational quality as the main focus of educational policies. From this perspective, commitments and actions are formulated to ensure equitable and quality education for all. In this context, we observe that external evaluation policies are systematically defined in all the analyzed documents, demonstrating a strong connection between educational quality and external evaluation. Evaluation systems are thus understood as instruments for monitoring and controlling results, as well as for management, productivity, and resource optimization, in addition to regulating quality.

**Keywords:** Educational quality; International Organizations; External Evaluation Policies; World Bank; UNESCO.

### **La PREDOMINANCIA DEL CONCEPTO DE CALIDAD EN LAS DIRECTRICES DE LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES Y SUS IMPACTOS EN EL REFUERZO DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

**Resumen:** Este artículo aborda la centralidad del concepto de calidad en las directrices de los organismos internacionales, con el objetivo de realizar una reflexión teórica sobre la influencia de estos organismos en la política educativa y sus consecuencias en el establecimiento de los parámetros de calidad. Para la construcción, interpretación de datos y comprensión del objeto de investigación, recurrimos a referencias teóricas como Dourado y Oliveira (2009), Freitas (2018), Gentili (1996, 1997, 2001), Laval (2019), Shiroma y Evangelista (2006), entre otros; y como procedimiento metodológico, la investigación bibliográfica y documental. El análisis de los datos evidenció que los documentos examinados enfatizan la calidad educativa como el principal enfoque de las políticas educativas. Desde esta perspectiva, se elaboran compromisos y acciones que buscan garantizar una educación equitativa y de calidad para todos. En este contexto, observamos que las políticas de evaluación externa están sistemáticamente definidas en todos los documentos analizados, demostrando una fuerte conexión entre calidad educativa y evaluación externa. Los sistemas de evaluación son, por lo tanto, comprendidos como instrumentos de monitoreo y control de resultados, así como de gestión, productividad y optimización de recursos, además de reguladores de la calidad.

**Palabras clave:** Calidad educativa; Organismos Internacionales; Políticas de Evaluación Externa; Banco Mundial; Unesco.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o recorte de uma pesquisa de mestrado<sup>3</sup> que tem como objetivo investigar e apreender o conceito de qualidade da educação presente nas orientações dos Organismos Internacionais, e seus reflexos nas políticas educacionais. O estudo procurou responder a seguinte indagação: Como as perspectivas em torno do conceito de qualidade promovido pelos Organismos Internacionais influenciaram as políticas educacionais, no período de 1990 a 2020.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Dessa forma, efetuou-se um levantamento das obras publicadas pela UNESCO e pelo Banco Mundial relacionadas ao tema desde a década de 1990. Em seguida, foram escolhidos os documentos que mais bem representavam as visões sobre a qualidade da educação segundo essas instituições e que influenciaram nas políticas educacionais no Brasil.

Desse modo, foram analisados os documentos: Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para Unesco - Educação, um tesouro a descobrir; o Relatório para Marco de Ação de Dakar em 2000; o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos em 2005; o Relatório Aprendizagem para Todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento - Estratégias para 2020; e o Relatório de Monitoramento Global de Educação - Responsabilização na educação: Cumprir nossos compromissos (2017/2018).

Para melhor compreensão da temática, o texto foi dividido em três partes: na primeira parte, analisamos o contexto histórico em que se desenvolveram os Organismos Internacionais, visando entender suas formas de atuação e

---

<sup>3</sup> A referida pesquisa de mestrado teve como título O conceito de qualidade nas orientações dos organismos internacionais e a política de avaliação externa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, vinculada à linha de pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, defendida em 2021.

organização, bem como o papel que exercem no âmbito educacional brasileiro, se constituindo parceiros em políticas e programas direcionados à educação.

Na segunda parte, refletimos sobre a complexidade, perspectivas e possibilidades que perpassam o conceito de qualidade educacional. Para concluir, apresentamos o conceito de qualidade educacional conforme delineado nas orientações dos Organismos Internacionais e discutimos a influência desse conceito nas políticas educacionais.

## **OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A AGENDA INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NECESSÁRIO**

Durante o processo de globalização, a sociedade tem observado significativas mudanças. Especialmente nas últimas décadas do século XXI, os processos de internacionalização se consolidaram e ganharam relevância, que consistem em “processos e ações movidos por Organismos Internacionais [...] ligados a políticas econômicas, financeiras, sociais e educacionais, para viabilizar a agenda global das grandes potências mundiais, especialmente nos países emergentes” (Libâneo, 2016, p. 50). Durante esse período, a consolidação dos Organismos Internacionais se torna evidente, já que assumem o papel de organizar e mediar as relações entre os países parceiros.

Com o re-ordenamento político após o final da segunda guerra mundial, destaco de grande importância quatro acontecimentos que influenciariam as relações internacionais nos mais diversos campos de aplicação: a conferência de Bretton Woods, em 1944, evento que culminou com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial; a assinatura da Carta das Nações Unidas, em 1945, que culminou no surgimento da própria Organização das Nações Unidas (ONU); e o início das atividades da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1947. Assim, o estabelecimento de uma posição de consenso internacional sobre determinados temas, tendo como legitimador de tais posições os organismos internacionais, conferiu ao Estado, em especial os mais pobres, a função de executor de programas e medidas de origem transnacional para salvaguardar a macro-economia e assegurar o desenvolvimento dentro do modelo capitalista. A educação, nesse sentido, foi e ainda é caracterizada como fator de redução de

desigualdades e como elemento de desenvolvimento social dentro do conceito democrático de Estado. (Bendrath; Gomes, 2010, p. 160).

A formação dos Organismos internacionais, ocorreu com o objetivo de contribuir para a resolução das questões econômicas decorrentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e de evitar a ocorrência de novas crises internacionais.

Neste contexto político, marcado pela forte influência dessa nova ordem mundial, o Brasil inicia um processo de internacionalização, estabelecendo um maior número de acordos e convenções internacionais, impulsionado pelo fortalecimento dessas organizações. Dessa forma, os Organismos Internacionais se tornam parte integrante das decisões globais e nacionais.

Nesse cenário, uma nova proposta para as políticas educacionais foi implementada, em que “[...] a educação sofre os efeitos da globalização, com ênfase para a primeira situação, na qual fica evidenciado que os currículos sofrerão uma forte influência internacional” (Maués, 2011, p. 3).

Entende-se a internacionalização no setor educacional como as ações implementadas sob a influência direta dos Organismos Internacionais, que promovem transformações nos sistemas de ensino visando alcançar os objetivos estabelecidos. Os Organismos Internacionais reconhecem a importância da cultura escolar e buscam influenciá-la sempre que possível. O foco não está apenas na quantidade e qualidade dos conhecimentos adquiridos, mas sim em promover a cultura da necessidade contínua de aprendizado ao longo da vida. Essa é a capacidade de “aprender a aprender”, essencial para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores. (Laval, 2019)

Desse modo, a atuação dos Organismos Internacionais exerce uma influência significativa na formulação e legitimação de propostas destinadas a combater a crise educacional. Desde a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, estabelecida na Conferência de Jomtien em 1990, esses Organismos têm promovido, sob uma perspectiva neoliberal, a associação entre o conceito de qualidade e os métodos quantitativos de avaliação.

No panorama das políticas educacionais dos anos 1990, Coraggio (1996) aponta que o Banco Mundial desempenhou um papel político significativo, transformando-se em uma entidade impulsionadora de investimentos nos âmbitos sociais e educacionais. Seus recursos financeiros foram direcionados para o fortalecimento da infraestrutura e o desenvolvimento econômico, além de promover reformas nas políticas sociais e educacionais, com o objetivo de mitigar possíveis crises políticas.

Assim, neste cenário e sob influência dos Organismos Internacionais, a gestão empresarial é considerada o modelo organizacional mais eficaz para as escolas, uma vez que permite a aferição, medição e controle dos resultados de maneira quantificável. Portanto, sob essa ótica para enfrentar a crise educacional, emerge a defesa da necessidade de uma reforma administrativa no sistema escolar, focada na implementação de mecanismos que garantam a eficiência, a produtividade, a eficácia, resultando assim na qualidade dos serviços educacionais.

Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso, a educação, na condição de capital, tornou-se assunto de managers e não mais de educadores. Subjacente ao glamour, sobressai o caráter ideológico da formulação que sequer é inteiramente original. Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários” que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital. (Leher, 1999, p. 25).

A partir desse ponto, sugere-se que a qualidade da educação seja analisada com base nos resultados, que são considerados indicadores da eficácia do ensino e sinônimos de desempenho escolar. Em outras palavras, a assimilação do conteúdo escolar pode ser mensurada por meio de avaliações externas (Coraggio, 1996).

As reflexões apresentadas neste tópico permitiram identificar as propostas educacionais delineadas por Organismos Internacionais e suas



implicações na organização dos sistemas educacionais. Essas propostas têm promovido políticas de avaliação da qualidade que priorizam aspectos mensuráveis e desconsideram as dimensões pedagógicas e políticas do processo de ensino, fomentando uma perspectiva técnica e pragmática sobre qualidade de ensino. Diante disso, surge o questionamento: O que é qualidade? Como definir uma educação de qualidade? Qual é o conceito de qualidade buscado nessas políticas educacionais?

## **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E SUAS DIVERSAS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

Refletir sobre a qualidade na educação é um desafio, dada a complexidade deste tema, que é compreendido por influências dos contextos histórico, social, político, econômico e cultural em que se insere, além de estar em constante transformação.

O debate sobre a qualidade da educação não é novo, no entanto, ganhou relevância nas políticas públicas educacionais no Brasil nas últimas décadas do século XX e XXI “[...] a qualidade da educação, como objetivo, tornou-se um conceito estratégico nas formulações de política educacional na grande maioria dos países” (Casassus, 2007, p. 41).

Nessa perspectiva, ao analisarmos o conceito de qualidade no campo educacional, torna-se essencial considerar suas diversas interpretações e definições, que variam conforme as concepções de sociedade e educação, impregnadas de posicionamentos políticos e ideológicos. Assim, o conceito de qualidade não é neutro. Como destacam Dourado e Oliveira (2009, p. 203), é fundamental compreender que “qualidade é um conceito histórico, sujeito a alterações ao longo do tempo e do espaço, estando intrinsecamente ligado às demandas e exigências sociais de um determinado contexto histórico”.

Campos (2006) destaca a disputa em torno dos diferentes significados associados ao conceito de qualidade educacional, caracterizada por “perspectivas muitas vezes antagônicas, nas quais a qualidade se insere em

diferentes pautas, projetos políticos, posições ideológicas e utopias" (p. 24). Nesse contexto, Carvalho (2004) aponta que o conceito de qualidade possui um valor fundamental, funcionando como elemento norteador e articulador das práticas sociais e educacionais. Ou seja, a questão vai além da mera disputa por definições e significados; trata-se de delinear planos de ação que determinarão objetivos e orientarão as etapas futuras.

Nesse sentido, Gentili (1997) enfatiza a importância de se romper com a visão da escola como uma entidade separada da sociedade. É fundamental reconhecê-la como parte integrante de um contexto mais amplo, que abrange os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, ao refletir sobre qualidade, torna-se imprescindível levar em consideração todos os fatores relacionados.

Assim, entendemos que a qualidade não pode coexistir com a dualização social. Não há como alcançar a verdadeira qualidade enquanto houver discriminação, enquanto as minorias forem condenadas à miséria e à marginalidade, ou quando o direito à cidadania é negado para a maioria da população. Reafirmamos categoricamente: "qualidade limitada a poucos não é qualidade, mas sim privilégio". (Gentili, 2001, p. 177).

Nosso desafio é outro: consiste em construir uma sociedade onde os "excluídos" tenham espaço, onde possam fazer-se ouvir, onde possam gozar do direito a uma educação radicalmente democrática. Em suma, uma sociedade onde o discurso da qualidade como retórica conservadora seja apenas uma lembrança deplorável da barbárie que significa negar às maiorias seus direitos. (Gentili, 1997, p. 177).

Nesse contexto, a expressão "qualidade da educação" tem se tornado uma referência recorrente em documentos oficiais, tanto nacionais quanto internacionais, como um objetivo a ser alcançado pelas políticas educacionais. No Brasil, esse cenário marca o início do processo de legitimação da qualidade educacional sob a perspectiva do capital, e é num contexto caracterizado pela intensificação do neoliberalismo que a noção de qualidade se torna central nos debates sobre educação (Fonseca, 2009).



Segundo Gentili (2001), os sistemas educacionais contemporâneos, sob a perspectiva neoliberal, enfrentam uma crise de qualidade educacional. Segundo essa visão, os governos não conseguem garantir qualidade na educação, e muito menos articulá-las de forma eficaz. Justificando que a ineficiência do Estado como gestor é a principal causa da crise na qualidade da educação. Além disso, essa crise é atribuída à falta de uma configuração escolar que valorize o mérito e o esforço individual dos usuários do sistema.

Nessa perspectiva, Gentili (1996) argumenta que a lógica neoliberal proposta para os sistemas de ensino dos países em desenvolvimento impõe aos governos a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais. Além disso, há uma demanda crescente para que a produção educacional esteja alinhada às exigências do mercado de trabalho. Nesse cenário, a avaliação dos sistemas educacionais é realizada com critérios rigorosos de qualidade, o que promoverá a produtividade e a eficiência no âmbito da educação.

Sob esse aspecto, Campos (2006) defende que a interpretação do conceito de qualidade a partir de uma ótica social se apresenta como uma resposta ao conceito mercadológico de qualidade, fundamentado na lógica neoliberal. "No Brasil, em especial, foi incorporado o conceito de 'qualidade social' para evidenciar as divergências de posicionamentos." (Campos, 2006, p. 24).

No cenário atual, observa-se que a prática docente enfrenta questionamentos constantes, impulsionados pela adoção das racionalidades empresarial e técnica nas escolas. Essas abordagens enfatizam os resultados das avaliações externas e os processos de gestão e organização do trabalho escolar. Assim, conforme defendido pelas políticas de avaliação externa, os resultados dessas avaliações não apenas avaliam o desempenho dos alunos, mas também refletem sobre a eficácia do trabalho do professor, que é frequentemente responsabilizado pelos progressos ou retrocessos no aprendizado dos estudantes.

Segundo Freitas (2018), o conceito de qualidade da educação deve ser compreendido como um processo multifacetado e abrangente, que extrapola a mera análise do desempenho acadêmico dos estudantes. Para o autor, a qualidade educacional está intrinsecamente vinculada à valorização do contexto social, à promoção da inclusão, à busca pela justiça e ao fortalecimento da participação democrática no ambiente escolar. Freitas enfatiza que a garantia de direitos, a valorização do trabalho docente e a construção de espaços escolares que favorecem o desenvolvimento integral dos alunos são elementos centrais para uma educação de qualidade. Essa perspectiva crítica se contrapõe à lógica mercadológica e tecnicista predominantemente nas políticas educacionais contemporâneas, defendendo uma abordagem que prioriza o compromisso social e a formação cidadã, em vez de restringir a qualidade a indicadores de desempenho e resultados padronizados.

Diante disso, a perspectiva social de qualidade se posiciona como um contraponto à lógica de responsabilização atribuída à escola. Para que essa perspectiva se concretize, torna-se necessário promover um processo coletivo de reflexão, envolvendo toda a comunidade escolar, com o objetivo de revisar nossas práticas e redefinir as finalidades da educação.

Portanto, entendemos que, para que a qualidade socialmente referenciada tenha materialidade na educação, é indispensável promover reflexões e debates sobre as finalidades educacionais, de maneira coletiva, envolvendo a escola e os responsáveis pelas políticas educacionais. Esse processo prima pela definição democrática de uma concepção de qualidade educacional, pautada por parâmetros contextualizados que considerem todas as variáveis que englobam o sistema de ensino brasileiro.

Assim, refletir sobre a qualidade da educação implica questionar os valores e objetivos educacionais estabelecidos pela sociedade capitalista, além de analisar os diversos elementos que a constituem. Esse processo exige refletir sobre transformações, aprimoramentos e a manutenção de práticas calcadas na

lógica meritocrática. Buscar uma educação de qualidade social significa assumir um compromisso com políticas voltadas para a inclusão social e com o fortalecimento do coletivo, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Desse modo, Dourado e Oliveira (2009) destacam a importância de identificar, nas políticas internacionais e nacionais, os compromissos assumidos em favor da melhoria da qualidade educacional, com o objetivo de compreender como esses compromissos se materializam no cotidiano escolar. É esse sentido, que buscamos explorar o conceito de qualidade da educação presente nas diretrizes dos Organismos Internacionais no período de 1990 a 2020, discussão que será abordada na próxima seção.

## **A PERSPECTIVA DE QUALIDADE EDUCACIONAL DELINEADA NOS DOCUMENTOS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Nesta seção, selecionamos os materiais publicados por Organismos Internacionais que se destacaram como referências para educação mundial, definindo concepções, objetivos e metas educacionais.

O ponto de partida dessa etapa foi a Declaração Mundial para Educação para Todos. Em seguida, analisamos o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para Unesco - Educação, um tesouro a descobrir. Posteriormente, foi analisado o Relatório para Marco de Ação de Dakar em 2000, que traçou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e metas educacionais a serem atingidas até 2015, seguindo para o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos em 2005, que adotou como tema o Imperativo da Qualidade. Em seguida, analisamos o Relatório Aprendizagem para Todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento - Estratégias para 2020. (Banco Mundial, 2011).

Por fim, estudamos o mais recente Relatório de Monitoramento Global de Educação - RESPONSABILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: Cumprir nossos

compromissos (2017/2018). Esses documentos foram selecionados por apresentarem propostas educacionais que delinearam metas e estratégias voltadas para as próximas décadas, impactando e influenciando as políticas educacionais, além de promoverem reformas nos sistemas de ensino brasileiro.

É importante destacar que optamos por centralizar a análise em documentos formulados por dois Organismos Internacionais específicos: o Banco Mundial e a Unesco. Visto que essas organizações consolidaram-se como principais agentes de financiamento e formulação de políticas públicas para os países membros.

Dessa forma, estruturamos um quadro síntese que evidencia as concepções presentes nos documentos da Unesco e do Banco Mundial, com foco nos conceitos de educação e qualidade.

Quadro 1 - Concepções de educação e qualidade nos documentos analisados

DOCUMENTOS	EDUCAÇÃO E QUALIDADE
Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (Conferência de Jomtien - 1990)	<p><b>Educação:</b></p> <p>Sobre a educação a Declaração aponta:</p> <p>“Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;</p> <p><b>Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;</b></p> <p>Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social;</p> <p>Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento; Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessária torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível” (UNESCO, 1990, p.2, grifos nossos).</p>
	<p><b>Qualidade:</b></p> <p>Quanto à qualidade do ensino, a Declaração afirma: “Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” (UNESCO, 1990, p.4).</p>
Relatório da Comissão	<p><b>Educação:</b></p> <p>De acordo com o relatório a educação deve estar baseada em quatro princípios, considerados os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (UNESCO, 1998, p.89). E ter como finalidade essencial a de: “levar cada um a</p>

Internacional sobre Educação para o Século XXI para Unesco - Educação, um tesouro a descobrir.	cultivar as suas aptidões, a formular juízos e, a partir daí, a adotar comportamentos livres”. (UNESCO, 1998, p.115).
	<b>Qualidade:</b> Em relação à qualidade de ensino, o documento afirma a “necessidade de dar uma atenção particular à qualidade do ensino e incluir na educação situações de trabalho pode melhorar a qualidade da educação”. (UNESCO, 1998, p. 127).
O Marco de Ação de Dakar Educação para Todos: Cumprindo nossos compromissos coletivos	<b>Educação:</b> Conforme o documento ressalta, a educação é: <b>“Um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização”.</b> (UNESCO, 2000, p.8, grifos nossos).
	<b>Qualidade:</b> Em um de seus objetivos, a declaração afirma que almeja: “melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência em todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida” (UNESCO, 2000, p.3)
Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos: O Imperativo da Qualidade	<b>Educação:</b> Sobre a educação a Relatório destaca: <b>“Há claras evidências das ligações entre educação de boa qualidade e uma ampla variedade de benefícios de desenvolvimento econômico e social.</b> Melhores resultados escolares - representados pelos escores de testes de desempenho dos alunos - estão intimamente relacionados a salários mais altos na vida futura. Trabalhos empíricos também demonstraram que escolarização de alta qualidade melhora o potencial econômico nacional. Benefícios sociais consistentes são igualmente significativos”. (UNESCO, 2005, p.19, grifos nossos)
	<b>Qualidade:</b> Quanto à qualidade do ensino, o Relatório aponta: “Definindo qualidade: dois princípios caracterizam grande parte das tentativas de definir qualidade em educação. O primeiro identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o principal objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Consequentemente, o sucesso dos sistemas em realizar este objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo enfatiza o papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no provimento do desenvolvimento criativo e emocional. É mais difícil avaliar e comparar a realização desses objetivos entre os países”. (UNESCO, 2005, p.17)
	<b>Educação:</b> De acordo com o relatório a educação, <b>“É fundamental para o desenvolvimento e o crescimento.</b> O acesso à educação, que é um direito humano básico, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança é também um investimento

<p>Aprendizagem para todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial</p>	<p>estratégico no desenvolvimento. A mente humana é que torna possíveis todos os outros resultados de desenvolvimento, desde os avanços na saúde e inovação agrícola à construção de infraestruturas e ao crescimento do setor privado. Para que os países em desenvolvimento tirem pleno partido destes benefícios - aprendendo com o manancial de ideias no nível global e através da inovação - é preciso que possam aproveitar o potencial da mente humana. E não há melhor ferramenta que a educação para fazê-lo". (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1 tradução nossa, grifos nossos).</p> <p><b>Qualidade:</b></p> <p>O documento evidencia a importância em ter uma educação de qualidade: "A expansão e a melhoria da educação são fundamentais para a adaptação à mudança e para o enfrentamento destes desafios. Em suma, os investimentos em educação de qualidade produzem crescimento económico e desenvolvimento mais rápidos e sustentáveis. Indivíduos instruídos têm mais possibilidade de conseguir emprego, de receber salários mais altos e ter filhos mais saudáveis". (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1, tradução nossa).</p>
<p>Relatório de Monitoramento Global de Educação - RESPONSABILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: cumprir nossos compromissos</p>	<p><b>Educação:</b></p> <p>Em relação à educação:</p> <p>"O Relatório destaca que a educação é uma responsabilidade compartilhada. Embora os governos tenham a responsabilidade primordial, todos os atores - escolas, professores, pais, responsáveis, estudantes, organizações internacionais, fornecedores do setor privado, sociedade civil e a mídia - exercem papéis relevantes na melhoria dos sistemas educacionais. Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos é, muitas vezes, uma empreitada coletiva, na qual todos os atores realizam um esforço conjunto para cumprir suas responsabilidades. Para que isso aconteça, os interesses políticos e económicos necessitam estar alinhados. As políticas e os atores educacionais não estão isolados do mundo à sua volta". (UNESCO, 2017, p 61, tradução nossa).</p> <p><b>Qualidade:</b></p> <p>De acordo com o relatório, para se obter a qualidade educacional é preciso: "Os mecanismos de responsabilização bem definidos devem estar disponíveis para o cumprimento dos compromissos mundiais comuns para assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". (UNESCO, 2017, p.60, tradução nossa).</p>



<p>Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>	<p><b>Educação:</b></p> <p>Em relação à educação:</p> <p>De acordo com o relatório: “educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. <i>Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza.</i> Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida”. (UNESCO, 2016, p.7, grifos nossos).</p>
	<p><b>Qualidade:</b></p> <p>Quanto à qualidade da educação, o Relatório aponta:</p> <p>“A educação de qualidade promove criatividade e conhecimento e também assegura a <i>aquisição de habilidades básicas em alfabetização e matemática</i>, bem como habilidades analíticas e de resolução de problemas, habilidades de alto nível cognitivo e habilidades interpessoais e sociais. Além disso, ela desenvolve habilidades, valores e atitudes que permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (ECG)”. (UNESCO, 2016, p.8, grifos nossos).</p>

Fonte: a autora (2021)

Com base nos aspectos analisados, constatamos uma transformação nos conceitos de educação e qualidade promovidos pelos Organismos Internacionais. Inicialmente, essas concepções estavam voltadas para o progresso social, o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida. Entretanto, ao longo dos anos, passaram a incorporar o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico como elementos centrais dessas diretrizes.

Como sinalizado nos trechos grifados no quadro, é possível observar a continuidade da educação como um pilar para o desenvolvimento social e humano ao longo das décadas. A partir dos anos 2000, nota-se também a inclusão do desenvolvimento econômico como um elemento associado à educação, reforçando seu papel como principal acesso ao mercado de trabalho. Assim, percebemos “[...] o deslocamento ideológico promovido pela perspectiva hegemônica, que consiste em atribuir à educação a origem das crises econômicas e dos problemas sociais.” (Evangelista, 2014, p. 13).

Nesse sentido, conforme apontado pelos documentos, a melhoria da qualidade educacional é essencial para enfrentar e superar as diversas manifestações de desigualdade social e econômica. Dessa forma,

É atribuído à educação o papel de transformar, para a população, a divisão social do trabalho e a divisão da riqueza advinda da produção em consequência dos resultados escolares, dissimulando, com as noções de habilidade, competência, dom e aptidão, as contradições da sociedade capitalista. (Zanardini, 2014, p. 274)

Assim, identificamos a influência do neoliberalismo nas orientações analisadas, que atribuem à educação tanto a origem quanto a solução para as crises econômicas e os problemas sociais, promovendo uma ressignificação dos papéis atribuídos à educação, à escola e à sociedade. Nesse contexto, compreendemos que os Organismos Internacionais, por meio de seus documentos, difundem a lógica meritocrática, sustentando a ideia de que “[...] melhorar de vida depende do mérito acumulado, aproveitando oportunidades.” (Freitas, 2018, p. 115). Dessa maneira, a educação passa a ser interpretada sob uma nova perspectiva.

A concepção de uma educação seletiva para os “interessados em aprender”, produto de uma concepção de sociedade baseada na competição e no mérito, se materializa na segregação social dos “indesejáveis”. As condições de vida que criminalizam milhares de jovens são reduzidas a uma única condição pessoal: “não querem aprender.” (Freitas, 2018, p. 117).

Desse modo, a qualidade da educação é direcionada para atender às exigências do mercado capitalista, priorizando a lógica da racionalidade técnica. São desconsiderados aspectos econômicos, políticos e sociais, limitando a qualidade educacional a parâmetros técnicos e mensuráveis, além de focar na formação de “recursos humanos” adequados às necessidades do mercado (Shiroma; Santos, 2014).

Zanardini et al. (2024) analisam criticamente a recomendação de sistemas de avaliação de classe mundial (*global benchmarking*). O estudo

demonstra como as orientações de organismos internacionais (como OCDE, Banco Mundial e UNESCO) pressionam países latino-americanos a adotarem instrumentos de avaliação padronizados e, frequentemente, importados. Estes instrumentos utilizam indicadores que nem sempre se adequam às desigualdades internas ou às diversidades culturais, linguísticas e metodológicas locais.

Nesse cenário, os documentos promovidos pelos Organismos Internacionais, destacam a importância da qualidade educacional como um elemento central nas políticas do setor. A partir da defesa dessa qualidade, foram estabelecidos compromissos e iniciativas que visavam garantir uma educação justa e de alto nível para todos. E foi nesse contexto que as políticas de avaliação externa foram delineadas nos documentos publicados, revelando forte conexão entre a qualidade educacional e a avaliação externa (Bendrath; Gomes, 2010).

Os documentos analisados destacam a educação como elemento central para o desenvolvimento, porém, essa centralidade está fortemente associada a indicadores de desempenho, eficiência e resultados. O predomínio das avaliações externas e a busca por “qualidade” de segundos padrões internacionais acabam direcionando as políticas educacionais muitas vezes sem considerar as reais necessidades locais. Assim, embora os discursos oficiais enfatizem metas globais de acesso, permanência e conclusão escolar, muitas vezes deixam de lado os desafios estruturais regionais, como as profundas desigualdades sociais e a precarização das condições de trabalho dos professores.

Dessa forma, observa-se que a influência crescente dos organismos internacionais tem sido determinante na redefinição do conceito de educação, que passa a ser tratada predominantemente como mercadorias e instrumento de inserção no mercado de trabalho. Libâneo (2019) alerta que as finalidades educativas escolares e os objetivos da educação escolar, tal como formulados em documentos curriculares e políticas nacionais, estão cada vez mais

alinhados com orientações neoliberais. Nessas orientações, metas mensuráveis, avaliações em larga escala, habilidades e competências voltadas ao mercado substituem progressivamente propósitos formativos, sociais e humanos da escola.

Segundo Libâneo (2019), essa transformação resulta em um esvaziamento das finalidades sociais e formativas da educação, na medida em que valores como desenvolvimento integral, cidadania, equidade e participação democrática deixam de ocupar posição central diante da ênfase na produtividade, eficiência e desempenho quantificável. Tal mudança subordina conteúdos, currículos e o trabalho docente a critérios externos e de racionalidade econômica, fragilizando o papel público da escola e limitando sua capacidade de responder às demandas locais, históricas e culturais específicas. Assim, a escola perde sua função de formação cidadã, tornando-se cada vez mais orientada por lógicas mercadológicas e tecnicistas.

## CONSIDERAÇÕES

Considerando a complexidade envolvida no conceito de qualidade educacional, observamos que as políticas educacionais que tratam sobre a qualidade da educação foram vinculadas à concepção de mensuração do desempenho estudantil. Isso leva à promoção das avaliações externas no cotidiano escolar, cujos resultados são considerados como indicadores de qualidade educacional, sob forte influência dos Organismos Internacionais. Na prática, todos os parâmetros de qualidade adotados baseiam-se nos resultados das avaliações externas, consolidando a avaliação como o principal meio para alcançar a qualidade na educação.

Garcia e Zanardini (2021) sustentam que a educação brasileira está gradualmente perdendo seu caráter público e democrático, especialmente em razão da implementação de políticas de austeridade e da crescente difusão de uma racionalidade orientada pela eficiência mercadológica. De acordo com

esses autores, tais transformações favorecem uma concepção de educação centrada no mercado, em detrimento do compromisso social que historicamente define o papel da educação pública. Além disso, esses processos tendem a enfraquecer o Estado enquanto garante do direito à educação e reduzem a participação democrática nas instâncias decisórias educacionais.

Entretanto, nos posicionamos em prol de contribuir para o processo de rompimento da visão mercadológica e mensurada da qualidade. Para nós, a qualidade deve ser socialmente referenciada, considerando tanto os aspectos internos quanto externos à escola e se concretizando no contexto coletivo da instituição. Uma qualidade que fortalece e estimula a participação de todos, promovendo responsabilidade compartilhada e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Aprendizagem para todos: estratégia 2020 para a educação do Grupo Banco Mundial: resumo executivo*. Washington: Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/461751468336853263/pdf/644870WP00PORT00Box0361538B0PUBLIC0.pdf> Acesso em: 16 set. 2019

BENDRATH, E. A.; GOMES, A. A. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, v.16, n.32, p.157-171, jul./dez. 2010.

CAMPOS, M, M. Que qualidade buscamos na América Latina? In: CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *A educação na América Latina: direito em risco*. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Cortez, 2006. p. 23-27.

CARVALHO, J. S. F. Democratização do ensino. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 327-334, maio-ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200011>

CASASSUS, J. *A escola e a desigualdade*. Tradução Lia Zatz. 2. ed. Brasília, DF: Líber Livro Editora: Unesco, 2007.

CORAGGIO, J. L. Propostas do banco Mundial para a educação; sentido oculto ou problemas de concepção. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez: PUC-SP, 1996. 75-123.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>

EVANGELISTA, O. (org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio-ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200002>

FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARCIA, RL; ZANARDINI, IM As orientações do liberalismo e dos organismos internacionais para as políticas de educação no Brasil: o caso da educação profissional. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 33, 2021. DOI: 10.17648/educare.v15i33.16333. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/16333>. Acesso em: 16 out. 2025

GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (org.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.



LEHER, R. *Um novo senhor da educação? A política educacional do banco mundial para a periferia do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Sociais, 1999. v. 1.

LIBÂNEO, J.C. Finalidades e objetivos da educação escolar e a atuação dos organismos internacionais: o caso do brasil. In: LENOIR, Y. *et al.* (org.). *Les finalités éducatives scolaires: pour une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques*. Saint Lambert: Grupéditions Éditeurs, 2016.

LIBÂNEO, J. C. *Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática*. In: LIBÂNEO, J. C.; ECHALAR A. D. L. F.; SUANNO, M. V. R.; ROSA, S. V. L. (orgs.). *Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate*. VII Edipe. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

MAUÉS, O. C. As políticas educacionais e o sistema de avaliação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2. São Paulo, 2011. *Trabalhos Completos [...]*. São Paulo: ANPAE, 2011. p. 1-13. Disponível em:

<https://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0430.pdf> Acesso em: 17 mar. 2020.

SANTOS, F. A; ZANARDINI, I. MS; ZANARDINI, J.B.; MARQUES, H. J. A internacionalização da educação e a construção de sistemas de avaliação de classe mundial para a América Latina. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 2, pág. 1-15, maio-atrás. 2024. Disponível em: [https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/73294?utm\\_source=chatgpt.com](https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/73294?utm_source=chatgpt.com). DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-73294. Acesso em: 16 out. 2025.

SHIROMA, E. O; SANTOS, F. A. Slogans para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, O. (org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. Organização Olinda Evangelista. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014. 288p.

UNESCO. *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129801?posInSet=3&queryId=a1d0bcf-997d402b-9b6d-c45b3b8bef0d> Acesso em: 22 set. 2020.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília, DF: UNIESCO.

Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para todos. Jomtien, Tailândia a 9 de março de 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 28 jan. 2020.

UNESCO. *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Brasília, DF: UNESCO: CONSED, Ação Educativa, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509> . Acesso em: 29 jan. 2020.

UNESCO. *Educação para todos: o imperativo da qualidade*. São Paulo: Moderna, 2005. (Relatório de Monitoramento Global, 2005). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139079por.pdf> . Acesso em: 29 mar. 2020

UNESCO. *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4*. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656> . Acesso em: 16 out. 2025.

UNESCO. *Responsabilidade na educação: cumprir nossos compromissos*. [Brasília, DF]: UNESCO, 2017/2018. (Relatório de Monitoramento Global da Educação, 2017/2018). Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259593\\_por?posInSet=1&queryId=32a57df4-d405-47f8-ba02-3fe61458587d](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259593_por?posInSet=1&queryId=32a57df4-d405-47f8-ba02-3fe61458587d) Acesso em: 7 abr. 2020.

ZANARDINI, J. B. Considerações sobre o papel da educação eficiente como estratégia para o alívio da pobreza. In: EVANGELISTA, O. *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v4i2.9389>

Recebido em: 29/04/2025  
Aprovado em: 22/10/2025  
Publicado em: 19/12/2025